

# PSICOLOGIA E EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA<sup>1</sup>

Gisele Toassa\*

O livro “Psicologia e educação na amazônia: pesquisa e realidade brasileira”<sup>1</sup> resume 11 trabalhos de pesquisa do mestrado interinstitucional em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano realizado entre 1997 e 2000 pelo Instituto de Psicologia da USP e a Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Seu achamento é uma grande curiosidade para os brasileiros, sulistas e não sulistas, que ignoramos os dramas particulares da Região Norte do Brasil.

Parte de sua riqueza está na própria variedade dos participantes. Estes são professores da UNIR com passagem por secretarias de educação, coordenadorias pedagógicas, ensino fundamental, médio e infantil. Vários deles estão há muito tempo distantes de cursos de formação, existindo poucos especialistas com grande experiência docente e administrativa e pouca prática de pesquisa (Proença & Nenevé, 2004). Muitos não tinham maior contato com as psicologias até cursarem o mestrado interinstitucional, conseguindo utilizá-las em temáticas diversas como sexualidade, ensino de língua portuguesa, formação docente em serviço, exclusão educacional, avaliação da aprendizagem, parâmetros curriculares nacionais e queixas docentes. Os dados de campo foram, na sua maioria, coletados junto às escolas dos sistemas públicos de educação de Rondônia.

Os autores da coletânea, no entanto, não se restringem à psicologia: encontramos clássicos educacionais como Charlot e Paulo Freire, e autores mais recentes: Saviani, Schön, Nóvoa, Gadotti, Patto. No universo *psi*, apresentam-se Freud, Kaës, Piaget e outros especialistas vinculados à psicologia como Vitiello, J.A. Guilhon de Albuquerque e M. Guirado. Os textos agradam por não incluírem psicopedagogias de fraco valor epistemológico ou adesões ingênuas a paradigmas e políticas educacionais do momento, tais como a progressão automática, a formação docente por

cursos de curta duração entre outras. No conjunto, os trabalhos relatados tendem a ser críticos e metodologicamente rigorosos, mostrando que a psicologia brasileira gradativamente se recupera como ciência dos fenômenos psíquicos nas instituições educacionais; que, após mais de 20 anos de autocritica, alguns de seus discursos vão rejeitando o papel de normatizar os espaços educacionais e criando seu espaço na crítica e na mudança da educação brasileira.

Os vários artigos mostram indícios do impacto das políticas internacionais, nacionais e regionais mais recentes na vida diária dos educadores, da equipe administrativa, dos gestores e dos alunos de Rondônia. Indicam que a população docente de ensino fundamental e médio permanece, em sua maioria, tendo o magistério como grau máximo de formação; que lê pouco, ganha pouco, tem reduzida qualificação específica para sua área de atuação e adota a indústria cultural como a principal fonte de saberes. Os autores enfocam, direta ou indiretamente, os efeitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, que retirou a responsabilidade do Estado por uma formação docente de qualidade, gerando as mais diversas carências de recursos e concentrando fortemente o poder num Executivo Federal servil a organismos internacionais e que perpetuou as desigualdades sociais, o amadorismo, o clientelismo, o descompromisso com a educação indígena e as disparidades regionais. Neste sentido, o capítulo de José Osvaldo de Paiva anuncia a profundidade (e a ilegalidade) da exclusão, mostrando que os Uru-Eu-Wau-Wau permanecem sem escola de ensino fundamental em sua tribo.

Em tal cenário, ouvimos as queixas dos docentes. Persiste nelas a retórica classista de que a escola pública é favor e não direito e, tal como indicam tantos trabalhos desenvolvidos mais ao sul, situa-se

<sup>1</sup> Proença, M. & Nenevé, M. (Orgs.) (2002) *Psicologia e educação na amazônia: pesquisa e realidade brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

\* Doutoranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo-USP. Apoio: CNPq.

em espaços marcados mais pelo individualismo que pelo coletivismo na resolução de problemas. Nela o inferno são os outros – a família dos alunos, os próprios alunos, os gestores educacionais – e a obediência é o principal lugar deixado aos seus usuários. Os discursos hegemônicos sobre os “desvios de conduta” e de aprendizagem criam uma visão de individualidade que desvela a história da escola nacional como um espaço de normatização e controle das famílias, das massas, mais que de aprendizagem significativa. Como relata uma entrevistada: “Não, a educação tem que vir de casa. A escola foi criada uma instituição para ensinar a criança e para fortalecer o respeito com os outros, mas isso tem que vir de casa.” (Proença & Nenevé, 2002, p.150)

O cenário não é animador. As pesquisas, no entanto, não perdem de vista a ação, sugerindo (ou executando) alternativas micro e macropolíticas e recusando o imobilismo dos pesquisadores e das universidades públicas. Para o leitor, ficam os vários recortes da realidade educacional rondonense e a

convicção da existência de uma hegemonia educacional que, tomando o atalho da legislação educacional e das desigualdades mais gerais do Brasil, homogeneiza discursos, abole conteúdos de ensino e mascara as peculiaridades culturais das várias regiões do país.

## REFERÊNCIAS

- Proença, M. & Nenevé, M. (Orgs.) (2002) *Psicologia e educação na amazônia: pesquisa e realidade brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Proença, M. & Nenevé, M. (2004) Descentralizando a educação e diminuindo disparidades regionais: uma experiência brasileira bem-sucedida em pós-graduação. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 1 86-100.

*Recebido em 15/03/2006*

*Aceito em 30/03/2006*

---

**Endereço para correspondência:** Gisele Toassa. R. José Alves Cunha Lima, 159, Apto 31 Bl 02 Butantã, São Paulo-SP. *E-mail:* gtoassa@yahoo.com.br